

**ATA**

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. --- Não compareceu o Vereador Orlando Renato dos Reis Coutinho, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, em regime de substituição, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10:20 horas foi declarada aberta a reunião. O Presidente da Câmara agradeceu o compasso de espera, referindo ter estado presente na inauguração da 8ª edição da RoboParty, que decorre de 6 a 8 de março, no Pavilhão Desportivo da Universidade do Minho, no Campus de Azurém, sendo a organização da spin-off SAR - Soluções de Automação e Robótica e do Departamento de Eletrónica Industrial da Universidade do Minho. Referiu o interesse deste evento onde os jovens aprendem a construir o seu próprio robô com supervisão especializada, de forma simples e divertida, sendo-lhes garantida formação básica em eletrónica, programação e mecânica. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA -----**-----INTERVENÇÕES -----**

1 – Vereador José Torcato Ribeiro – a) – Quis saber o ponto de situação do processo de expropriação do edifício situado na Rua

da Liberdade, junto ao padrão da Cruz de Pedra, que condiciona o tráfego automóvel naquela artéria da cidade; **b)** – Disse registrar, com agrado, a instalação da Faculdade de Belas Artes no edifício da Garagem Avenida, de que teve conhecimento através de uma notícia publicada no Jornal de Notícias. Comentou, a propósito, o projeto do Teatro Jordão, referindo que o mesmo lhe suscitava reservas quanto à forma e método como as obras se iriam desenvolver, referindo, designadamente, a previsão da destruição da sala de espetáculos, solução com a qual disse não concordar; **c)** – Perguntou quando ficará disponível o gabinete destinado aos Vereadores da oposição. -----

2 – Vereador André Coelho Lima – Referindo-se à informação recente do Presidente da Câmara sobre a apresentação de uma proposta de alteração aos procedimentos para concessão das condecorações honoríficas, disse que os membros do PSD e CDS gostariam de participar nessa proposta, considerando que a natureza da matéria recomenda consenso. -----

3 – Vereadora Maria Helena Soeiro – Leu, em voz alta, um documento sobre as Atividades de Enriquecimento Curricular solicitando que o seu teor, que a seguir se transcreve, ficasse registado em ata: “No início do mês de janeiro, chamámos a atenção para o facto de os alunos que frequentam o primeiro ciclo no concelho de Guimarães terem sido privados de usufruir, durante todo o primeiro período, de atividades de enriquecimento curricular, com todos prejuízos que daí advieram, tanto de cariz pedagógico como financeiro, uma vez que as famílias se viram oneradas com mais uma despesa. Volvido, apenas, um mês e meio após o início daquelas atividades no nosso concelho, a Sra. Vereadora Adelina Pinto informou este executivo camarário que já só pode assegurar o ensino do inglês aos alunos do quarto ano de



escolaridade, uma vez que já não dispõe do número suficiente de docentes para fazer face às necessidades indicadas pelos agrupamentos de escolas no final do ano letivo anterior. A bem da verdade, em nenhum momento chegou a haver número suficiente de docentes de inglês, talvez devido ao atraso que se verificou em todo este processo pelo que, uma vez mais, imputamos a responsabilidade desta situação, da qual resultam inegáveis prejuízos para os nossos alunos, à atuação tardia do executivo camarário. Sr. Presidente, urge repensar o estado da educação no nosso concelho, de molde a encontrar uma solução que, não passando pela inclusão do inglês no currículo nacional, pois esta não depende da atuação deste executivo, possa acabar, definitivamente, com a situação de desvantagem em que os nossos alunos se encontram a qual, do nosso ponto de vista, compromete a excelência educativa no nosso concelho.” -----

4 – Vereadora Adelina Paula Pinto – a) - Informou sobre as ações de formação a promover junto das Freguesias na área das competências da nova legislação, designadamente a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; **b)** - Sobre a questão das Atividades de Enriquecimento Curricular disse que o Inglês foi sempre a disciplina que registou mais desistências por parte dos docentes, estando, no entanto, garantida a sua lecionação aos alunos do 3.º e 4.º anos do Ensino Básico. -----

5 – Presidente da Câmara – a) - Informou que a expropriação do edifício em causa, que será litigiosa já que não houve acordo, corre termos no Tribunal da Relação, encontrando-se o processo na sua fase final; **b)** - Sobre a notícia publicada no Jornal de Notícias disse que não a tinha lido, informando, contudo, que, de facto, a intenção é instalar a Escola de Belas Artes da Universidade do Minho no edifício da Garagem Avenida constituindo mais uma

valência do Campus de Couros. Sobre o projeto do Teatro Jordão, informou que, para além do parecer negativo da Divisão do Centro Histórico que recaiu sobre o respetivo Estudo Prévio, se colocava agora a questão do interesse em integrar a Garagem Avenida no projeto que inicialmente apenas previa o edifício do Teatro Jordão, pelo que, em face destas condicionantes, a solução poderia passar pela resolução do contrato; **c)** - Sobre os gabinetes dos vereadores externos disse que a obra estava no final e que ficarão brevemente disponíveis; **d)** - Relativamente à proposta de alteração aos procedimentos para concessão das condecorações honoríficas, disse estar de acordo com a participação de todos os vereadores na sua elaboração, informando que logo que a mesma estivesse pronta ser-lhes-ia enviada para que dessem os seus contributos; **e)** - Sobre o programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, sobretudo o ensino do Inglês, disse que enquanto se praticar a atual carga horária, a situação irá manter-se, reconhecendo as dificuldades que enfrentam os professores que assumem a lecionação destas atividades. Disse que, embora o Governo vá manter a decisão de não alterar o programa, a Câmara está a estudar uma proposta de forma a conseguir horários completos. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: -----

1 - Fez a entrega de uma informação sobre os reguladores de fluxos luminosos. -----

2 - De ter sido entregue à ADCL - Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais - **Apartamento de Autonomia**, o prémio "**Juízes Solidários**", no passado dia 27 de Fevereiro, pela Associação Sindical dos Juízes Portugueses. Disse que na continuidade do trabalho desenvolvido no Lar de Infância e



Juventude, e visando acompanhar as crianças e jovens até à sua total autonomia pessoal, social e financeira, a ADCL tem vindo, com o apoio da Câmara Municipal, a manter um apartamento para autonomia dos jovens sem retaguarda familiar, acolhendo, apoiando e acompanhando estes jovens, cuja medida de promoção e proteção cessou, mas que continuam a carecer de suporte. -----

De seguida, o Presidente da Câmara submeteu à consideração dos presentes a votação de um Voto de Louvor pelo 40.º aniversário da Universidade do Minho, de acordo com o texto que a seguir se transcreve:

“Fundada em 1973, a Universidade do Minho iniciou funções em 1974, com as primeiras reuniões da sua Comissão Instaladora, pelo que celebra este ano o seu 40º aniversário. Do caminho percorrido pela Universidade do Minho ao longo destas quatro décadas, relevam outras datas significativas, na ótica do Município de Guimarães: - o início das atividades letivas, em 1975/76; - o arranque da construção definitiva do Campus de Azurém, em novembro de 1985; - a inauguração do Avepark, em setembro de 2008; - a inauguração do Campus de Couros, em 2012. São datas, todas elas, que traduzem a relação de grande proximidade, colaboração e cumplicidade que a Universidade do Minho e a Cidade de Guimarães souberam construir ao longo destes anos, cada uma constituindo uma conquista custosa e arrancada por vezes a ferros. E todas foram ancoradas no querer e determinação de atores políticos e institucionais fundamentais, quer da Universidade, quer do Município, que é da mais elementar justiça recordar e enaltecer nesta ocasião. De entre as inúmeras marcas e vitórias que a Universidade do Minho consolidou ao longo da sua existência, destacaria, pela sua especial relevância para o nosso presente e futuro coletivos, apenas uma: o seu compromisso com

o desenvolvimento da região em que se insere, traduzido na transferência de conhecimento para o tecido produtivo e nas parcerias estabelecidas com o Município, instituições e empresas de Guimarães. Aquela que é hoje uma das mais relevantes instituições académicas de Portugal, e que vem subindo degraus de forma consistente nos diversos rankings universitários internacionais, construiu o seu percurso dedicando sempre especial atenção às especificidades, debilidades e potencialidades da região em que se insere e assumindo de forma expressa e comprometida o desafio de influenciar o seu futuro, por si só – raramente – ou procurando estabelecer parcerias regionais que são hoje determinantes para o seu desenvolvimento. No caso concreto de Guimarães, foi o sucesso das primeiras experiências de parceria – casos do Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros, do Centro de Valorização de Resíduos, do Centro de Computação Gráfica ou do Avepark – que alicerçaram a confiança e a ambição indispensáveis ao lançamento de um projeto que visa transformar a cidade, também fisicamente: o Campus de Couros, criado a partir do projeto CampUrbis. Por estes 40 anos de crescimento, afirmação e sucesso, pelo seu compromisso com o desenvolvimento da nossa região, pela aposta continuada na inovação e investigação que autorizam as melhores expectativas para os próximos 40 anos, é a Universidade do Minho amplamente merecedora do Voto de Louvor que proponho seja aprovado pela Câmara Municipal de Guimarães.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 26 de fevereiro de 2014, que aprovou a conta final, bem como o auto de



medição, da empreitada designada por "Requalificação da EN 101 entre Fermentões e Caldelas", adjudicada a M. Couto Alves, SA, nos valores, respetivamente, de 418.853,85€ + IVA e de 7.734,38€ + IVA. A conta final dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

2. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 14 de fevereiro de 2014, que adjudicou ao concorrente "INTEGRATOR – Tecnologias de Informação, SA", pelo preço contratual de 156.020,70€ + IVA, a aquisição de equipamento de armazenamento e serviço on-line do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. O relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

3. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 29 de janeiro de 2014, que adjudicou ao concorrente "Cândido José Rodrigues SA" a empreitada "Regularização e Revitalização da Ribeira de Couros", pelo valor de 524.814,97€ + IVA, para um prazo de execução de 180 dias. O relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2014.

Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Abstiveram-se os Vereadores Amadeu Portilha e Maria Helena Soeiro, por não terem estado presentes na reunião.-----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE SILVARES - PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - SEGUNDO ADITAMENTO - ANO DE 2012

– Presente a seguinte proposta: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 26 de abril de 2012,

deliberou conceder à Junta de Freguesia de Silves uma verba até ao montante de 18.077,02€, destinada à comparticipação na obra de construção dos sanitários de apoio ao Cemitério. Por deliberação da Câmara Municipal de Guimarães, datada de 11 de julho de 2013, foi alterado o prazo de execução do objeto do Protocolo, autorizando que as obras fossem concluídas durante o ano de 2013, tendo sido celebrado o respetivo aditamento. No entanto, a Junta de Freguesia de Silves informou não ter sido possível a execução da totalidade da obra no ano 2013, sendo que até novembro de 2013, executou trabalhos no valor de 4.757,60€, em conformidade com o auto de medição elaborado pelo Departamento de Obras Municipais, no dia 6 de novembro de 2013, solicitando assim a alteração do prazo, de forma a concluir os trabalhos em falta durante o ano de 2014. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do segundo aditamento ao Protocolo de Atribuição de Subsídio relativo ao ano de 2012, celebrado em 21 de junho de 2012, alterando a 3ª cláusula que passa a ter a seguinte redação: "Para a realização do objeto do presente Protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até 31 de dezembro de 2014." Mais se propõe a aprovação da transição da verba remanescente de 13.319,42€ para o ano de 2014." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE GANDARELA - PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - PRIMEIRO ADITAMENTO - ANO DE 2013 – Presente a seguinte proposta: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 2 de maio de 2013, deliberou delegar, na Junta de Freguesia de Gandarela, a execução da obra de pavimentação das ruas da Boquinha e do Padrão, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de



8.004,94€. Na sequência da publicação da lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procedeu à reorganização administrativa do território das freguesias, e das eleições autárquicas do passado dia 29 de setembro, a Freguesia de Gandarela encontra-se agora agregada com a Freguesia de Conde, e passaram a designar-se União das Freguesias de Conde e de Gandarela, entidade que agora dará cumprimento a este Protocolo de Delegação de Competências. Não tendo sido possível iniciar aquela obra até ao final do ano de 2013, o presidente da Junta da União de Freguesias de Conde e de Gandarela solicitou autorização para executá-la durante o ano de 2014. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento àquele Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 22 de maio de 2013, passando a 3ª cláusula a ter a seguinte redação: "Para realização do objeto do presente protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até ao final de 2014." Mais se propõe a aprovação da transição da respetiva verba de 8.004,94€ para o ano de 2014." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

CONTRATOS – CONTRATO DE DEPÓSITO - ASSOCIAÇÃO DE GUIMARÃES PARA A DEFESA DO PATRIMÓNIO – Presente, para aprovação, o Contrato de Depósito a celebrar com a Associação de Guimarães para a Defesa do Património, comprometendo-se o Município a guardar temporariamente no espaço de depósito do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta a Coleção de Fotografia descrita em anexo, por um período de quatro anos. O Contrato de Depósito dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores André Coelho Lima, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo apresentaram a

seguinte **declaração de voto:** "MURALHA – Associação de Guimarães para a Defesa do Património, é uma instituição que se tem pautado por um serviço discreto mas imensamente profícuo em prol da preservação do extenso património Vimaranesse. Uma das áreas na qual a MURALHA se tem empenhado ultimamente tem sido precisamente na documentação fotográfica de momentos marcantes do presente, bem como na busca e catalogação de peças fotográficas do passado. Nessa conformidade, este contrato de depósito celebrado entre o Município de Guimarães e a Associação MURALHA – que dá aliás sequência ao que já vinha sucedendo com a Fundação Cidade de Guimarães, que mediante protocolo se comprometia a idêntica função de proteção do património desta instituição – por força do qual a Coleção de Fotografia da MURALHA ficará guardada no espaço de depósito do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, trata-se de uma excelente iniciativa, por via da qual o Município complementa, com os seus meios, o extraordinário trabalho de compilação e arquivo que é feito pelas nossas associações, particularmente e neste caso, pela Associação MURALHA, que deve ser merecedora das maiores referências por parte do Município de Guimarães. Acresce a tudo isto a circunstância de com este depósito no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta se permitir que o património da instituição possa ser do conhecimento público, se permitir que o mesmo possa ser consultado, em boas condições, tanto por particulares como por estudiosos e investigadores, o que confere a esta iniciativa um alcance bem mais vasto convertendo esta iniciativa benemérita da MURALHA, num enorme contributo para a nossa cidade e para o nosso concelho." -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – LIMPEZA E

**RESTABELECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA
RODOVIÁRIA NAS VIAS SOB TUTELA DO MUNICÍPIO –**

Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Trânsito e Espaço Público e Viaturas: “1. Objecto: Aquisição de serviços de limpeza e restabelecimento das condições de segurança rodoviária nas vias sob tutela do Município. 2. Considerando: O Município de Guimarães, enquanto entidade gestora das vias do Município, deverá assegurar as condições de segurança necessárias à circulação viária. Para o efeito, a estrutura orgânica do Município esta dotada, direta ou através da contratação externa, dos meios necessários à manutenção do bom estado de funcionamento, conservação e segurança, das infraestruturas sob a sua tutela. Contudo, os atuais meios não permitem dar resposta imediata no restabelecimento das condições de segurança após os acidentes de viação, designadamente na limpeza e/ou lavagem do pavimento e na remoção de resíduos, líquidos ou sólidos, da faixa de rodagem e o seu posterior transporte e tratamento, nos termos da legislação em vigor. O desenvolvimento de uma valência específica nesta área implicaria um aumento de despesa do Município, quer no investimento dos meios/equipamentos necessários, quer na contratação dos recursos humanos que permitam a manutenção permanente da estrutura, 24 horas por dia, 7 dias por semana. A existência de prestador(es) de serviços na área do restabelecimento das condições de segurança após os acidentes de viação, de cobertura supramunicipal, permite assegurar os mecanismos necessários à persecução daquele objetivo, sem custos para o Município. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de aquisição de

serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a contratação de serviços de limpeza e restabelecimento das condições de segurança rodoviária nas vias sob tutela do município, com um prazo contratual de um ano, nos termos da legislação em vigor. b) Não há lugar a despesa pelo Município, uma vez que o contrato que se pretende celebrar prevê que o custo com a limpeza da estrada após a ocorrência de acidentes, designadamente na remoção e encaminhamento de resíduos e lavagem do pavimento, em caso de derrame de fluidos, seja imputado ao veículo responsável pela ocorrência, através da respetiva seguradora. c) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, no regime geral previsto na alínea a) do n.º1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, à empresa Eurosistra Portugal, Lda, filial da multinacional italiana Sicurezza e Ambiente Spa, especializada na prestação exclusiva de serviço integrado de assistência pós-acidente, devidamente habilitada para o efeito. d) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. e) Finalmente, informa-se que não será aplicada qualquer redução remuneratória prevista no art.º 33.º da LOE 2014, por remissão do art.º 73.º do mesmo diploma legal, uma vez que não existe, neste contrato, despesa a suportar pelo Município.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO PARA O PROJETO DESPORTIVO – CENTRO DE DETEÇÃO DE TALENTOS DESPORTIVOS - Presente a seguinte



proposta do Vereador Amadeu Portilha: “**1. Objecto:** Prestação de serviços de um técnico especializado, com licenciatura na área da educação física, para continuação do projeto iniciado no âmbito da CED2013, o Centro de Detecção de Talentos Desportivos de Guimarães (CDTD-G), cujo objectivo é detetar precocemente jovens com especiais aptidões desportivas junto da comunidade escolar do nosso concelho. **2. Considerando:** Que a execução das tarefas associadas ao serviço que se pretende contratar requer conhecimentos, capacidade técnica e formação especializada na área da educação física, devido ao grau de complexidade e especificidade associado a estes assuntos; Que o CDTD-G é um projeto municipal sucedido, que visa descobrir jovens com excelentes aptidões para a prática desportiva, sendo posteriormente encaminhados para os vários clubes desportivos; Que o CDTD-G exige enorme atenção e um permanente trabalho no terreno, procurando não só que as identificações e observações aconteçam com regularidade, sendo necessário para tal um constante contacto com as escolas e professores de Educação Física, mas também procurando que os objetivos e sucessos alcançados não se percam com o passar do tempo; Considerando que, através do CDTD-G, pugnamos pelo aumento do número de praticantes desportivos nos clubes, numa altura em que a juventude tem procurado outros caminhos para a ocupação dos seus tempos livres, invertendo-se assim esta situação; Considerando, finalmente, que de acordo com informação da Divisão de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013,

de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a aquisição de serviços de um técnico licenciado em Educação Física, para coordenar o CDTD-G, que visa a detecção precoce de jovens com talento desportivo invulgar, posteriormente encaminhados para os clubes desportivos de Guimarães. b) A despesa para o ano de 2014 estima-se em valor inferior a €3.600,00 (três mil e seiscentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 020214, correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, ao abrigo da alínea a), do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, contratando-se José Filipe Ferreira Fidalgo Martins, Licenciado em Educação Física, que já em 2013 foi o principal responsável pelo CDTD-G, numa parceria com a Cooperativa Tempo Livre, alcançando os objetivos que lhe foram apresentados, o que lhe permitiu um profundo conhecimento da realidade desportiva Vimaranesa, e o habilita a prestar, em condições únicas e ímpares, os serviços que o Município pretende contratar. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2.º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que não será aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 33º da LOE 2014, por remissão do art.º 73.º do mesmo diploma legal, uma vez que, no ano de 2013, não foi celebrado com este prestador de serviços qualquer contrato.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PROJETO DE REDE DE CIDADES E VILAS DE EXCELÊNCIA – Presente a

seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: “**1. Objecto:** Aquisição de serviços relacionados com a participação no projeto de “Rede de Cidades e Vilas de Excelência”, com vista à implementação de um plano de ação e ao cumprimento de metas de Cidade de Excelência. **2. Considerandos:** A Cidade de Guimarães tem nos últimos anos introduzido um conjunto de medidas e políticas que visam a sua promoção, mas também e essencialmente a melhoria da qualidade de vida dos seus Municípios. Prova disso são os galardões e prémios granjeados ao longo tempo, sendo os mais significativos Património Mundial da Unesco, Capital Europeia da Cultura e Cidade Europeia do Desporto. Isto reflete-se no aumento que vimos a verificar como cidade de oferta turística, na sequência da aposta de uma regeneração urbana e no cuidado que se verifica na oferta de serviços e instalações de proximidade ao nível cultural e ao nível desportivo. Este processo, conclui que Guimarães deve estar na linha da frente como cidade fundadora do projeto de uma Rede de Cidades e Vilas de Excelência, promovido pelo Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade, e tem por base obter o reconhecimento e certificação do título Cidade de Excelência ou Vila de Excelência em território nacional e, tendencialmente, internacional, a partir da definição planeada de metas e do seu cumprimento evolutivo, de acordo com os seguintes temas escolhidos para Guimarães: Cidade de Regeneração e Vitalidade Urbana e Cidade Turística. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração

superior que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços relacionados com a participação no projeto de “Rede de Cidades e Vilas de Excelência”, com vista à implementação de um plano de ação e ao cumprimento de metas de Cidade de Excelência, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é aquisição de serviços relacionados com a participação no projeto de “Rede de Cidades e Vilas de Excelência”, com vista à implementação de um plano de ação e ao cumprimento de metas de Cidade de Excelência, pelo prazo de 4 anos, período de tempo indispensável à aplicação do plano de ação. b) A despesa total é de 10.000,00€ para os quatro anos, correspondendo a um valor anual de €2.500,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. A primeira prestação apenas será paga em 2015. c) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, nos termos da al. e) do n.º 1 do art.º 24.º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos ao Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade, associação sem fins lucrativos, com sede na Rua do Passeio Alegre, n.º 20, no Porto, criada com a missão de promover o desenvolvimento integrado, harmonioso e sustentável do território e das pessoas que nele habitam ou visitam, conforme Regulamento da Associação que se junta em anexo como **doc. 1**. d) Finalmente, informa-se que não será aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 33º da LOE 2014, por remissão do art.º 73.º do mesmo diploma legal, uma vez que o Município não celebrou, com esta entidade, qualquer contrato no ano passado. e) Tratando-se de uma despesa plurianual é necessário que a Assembleia Municipal aprove a respetiva repartição de encargos, nos termos previstos na alínea



c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, sendo que a despesa total de 10.00,00€, acrescido de IVA, valor que será repartido pelos quatro anos do contrato da seguinte forma: para o ano de 2015, o valor de 2.500,00€, acrescido de IVA; para o ano de 2016, o valor de 2.500,00€, acrescido de IVA; para o ano de 2017, o valor de 2.500,00€, acrescido de IVA; para o ano de 2018, o valor de 2.500,00€, acrescido de IVA. O Regulamento do Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Os Vereadores André Coelho Lima, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Os vereadores do PSD votam favoravelmente este ponto, muito embora não possam deixar de fazer notar, até pela explicação que foi dada no decurso da reunião, que ele visa muito mais a exibição do que o incremento substantivo. De facto, se há dimensão em que esta parceria pode trazer resultados é ao nível da assessoria complementar àquilo que já fazem os serviços do município, em determinadas áreas como por exemplo a da mobilidade. No entanto, foi-nos transmitido que Guimarães se candidatou apenas aos galardões que pode facilmente obter em face do que está já criado: Cidade de Regeneração; Vitalidade Urbana; Cidade Turística. Fica por isso claro que o que pretende o Município é tão-somente a obtenção do galardão, de mais um galardão para poder ser exibido panfletariamente, ao invés de procurar retirar desta parceria algo de substantivo, isto é, ao invés de procurar aderir às áreas nas quais possamos ainda ter muito a aprender. Em todo o caso, como se trata de uma parceria entre municípios que pode ser relevante para o acesso a determinadas categorias de fundos

comunitários e como tem apesar de tudo uma potencialidade substantiva, se optarmos inversamente pelas categorias onde podemos ter algo a aprender, votamos favoravelmente.” -----

DOAÇÕES – DOAÇÃO DE LIVROS AO CENTRO ESCOLAR DE URGEZES

– Presente a seguinte proposta: “De acordo com as diretrizes da IFLA/UNESCO é fundamental que as coleções continuem a ser desenvolvidas numa base permanente e a ir de encontro às exigências dos novos serviços e de níveis de utilização em mudança. A gestão das coleções das bibliotecas rege-se por um princípio básico fundamental, o da avaliação, que determinará, o nível do seu estado de conservação, da sua pertinência, pluralidade, atualidade. Faz parte deste processo da gestão das coleções o desbaste que tem como principal objetivo o de melhorar a qualidade que reflete o funcionamento eficaz da biblioteca, ao eliminar títulos cuja avaliação periódica e contínua, mostram a sua desatualização informacional, o desgaste por utilização, a ausência de procura e uso no conjunto da coleção e a gestão do espaço disponível para acolher novos documentos. Neste pressuposto e atendendo a que a Biblioteca Escolar do Centro Escolar de Urgezes foi recentemente integrada na Rede de Bibliotecas Escolares do Concelho de Guimarães e que não teve a comparticipação financeira habitual por parte do Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares, vem a Biblioteca Municipal Raul Brandão propor a doação a essa Biblioteca Escolar dos livros de literatura infantil, constantes da listagem anexa, que foram alvo de uma criteriosa avaliação e que se encontram fora de coleção. Entendemos que estes documentos ainda podem ser de maior utilidade para os alunos daquele Centro Escolar, contribuindo nós desta forma, para diversificar e alargar o fundo documental existente.” A referida listagem dá-se aqui por reproduzida e fica



arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DOAÇÕES – DOAÇÃO DE LIVROS A "A VACA NEGRA" - CENTRO PARA A CRIAÇÃO, ARTE E CULTURA – Presente a

seguinte proposta: "De acordo com as diretrizes da IFLA/UNESCO é fundamental que as coleções continuem a ser desenvolvidas numa base permanente e a ir de encontro às exigências dos novos serviços e de níveis de utilização em mudança. A gestão das coleções das bibliotecas rege-se por um princípio básico fundamental, o da avaliação, que determinará, o nível do seu estado de conservação, da sua pertinência, pluralidade, atualidade. Faz parte deste processo da gestão das coleções o desbaste que tem como principal objetivo o de melhorar a qualidade que reflete o funcionamento eficaz da biblioteca, ao eliminar títulos cuja avaliação periódica e contínua, mostram a sua desatualização informacional, o desgaste por utilização, a ausência de procura e uso no conjunto da coleção e a gestão do espaço disponível para acolher novos documentos. Neste pressuposto e atendendo ao pedido efetuado pelo "A Vaca Negra" - Centro para a Criação, Arte e Cultura, atendendo ainda ao trabalho que este Centro tem desenvolvido e ao carácter agregador no seio da comunidade em que está inserido, vem a Biblioteca Municipal Raul Brandão propor a doação a essa instituição dos livros constantes da listagem anexa, que foram alvo de uma criteriosa avaliação e que se encontram agora fora de coleção. Entendemos que estes documentos ainda podem ser de maior utilidade para a prossecução do projeto da comunidade que está a ser desenvolvido na freguesia, contribuindo, de alguma forma, para promover o livro e a leitura como ferramentas essenciais para a afirmação do indivíduo e para a elevação dos níveis de literacia da

população. A referida listagem dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DOAÇÕES - DOAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANDE S. LOURENÇO E BALAZAR – Presente

a seguinte informação da Chede de Divisão de Património Municipal: “Em sua reunião realizada em 14 de junho de 1985 a Câmara Municipal deliberou doar à Freguesia de Sande S. Lourenço uma parcela de terreno com a área de 2.000,00m², situada no lugar da Rechã, daquela freguesia, destinada à implantação da sede da Junta, a desanexar de um prédio de maiores dimensões, cedido ao domínio privado do Município, para equipamento, no âmbito do processo de loteamento titulado pelo Alvará nº 14/84. A escritura de transmissão da referida parcela de terreno à Freguesia de Sande S. Lourenço foi outorgada em 7 de dezembro de 1987. A Junta de Freguesia construiu ali a sua sede e um campo de futebol, mas não conseguiu ainda regularizar a situação registral do prédio porquanto havia necessidade de autonomizar a parcela de terreno. Assim, recentemente foi efetuada uma alteração ao referido loteamento, tendo sido criadas duas parcelas distintas, com as áreas de 1.951,00m² e 4.052,00m², respetivamente, sendo a primeira destinada ao equipamento da Freguesia e a segunda à implantação da escola EB1. Deste modo, importa revogar a deliberação e Câmara de 14 de junho de 1985 e distratar a escritura de 7 de dezembro de 1987, no sentido de passar a constar que é doada à União de Freguesias de Sande S. Lourenço e Balazar o prédio a seguir identificado. Parcela de terreno denominada P1, com a área de 1.951,00m², situada na rua Castro de Sabroso, da União de Freguesias de Sande S. Lourenço e Balazar, onde se encontram



edificados a sede da Junta de Freguesia e um campo de futebol, com a área coberta de 500,00m² e descoberta de 1.451,00m², descrita na Conservatória dos Registos Predial Comercial e Automóveis de Guimarães sob o nº 1002/20131226 e inscrita na respetiva matriz urbana sob o artigo 803, com o valor patrimonial tributário de €274.660,00, determinado no ano de 2013, atribuindo-se o mesmo valor para efeitos de doação. Em caso de aceitação superior, deverá o assunto ser submetido a aprovação da Câmara, conforme previsto na alínea o), nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES À UNITOWN – REDE UNIVERSIDADE CIDADE –

Presente a seguinte proposta: “A recente recessão nos países desenvolvidos e consequente crise nas regiões urbanas reclamam a formulação de estratégias económicas baseadas em parcerias sociais e institucionais inovadoras. Uma vez que as potencialidades de um relacionamento profícuo entre cidades e universidades, relacionamentos por vezes antigos de séculos, foram trazidas para o primeiro plano, novas políticas aos níveis local, nacional e supranacional foram implementadas. Na Europa, a estratégia Lisbon-Gothenburg (2000-2001) e, mais tarde, a Europa 2020 (2010), contribuíram para o surgimento de programas como o URBACT e os seus 26 projetos, entre eles Eunivercities, REDIS, Creative Spin, ESIMEC, e UNIC. O seu objectivo é promover e apoiar experiências e ações conjuntas entre cidades e universidades, a fim de estimular a criatividade e a inovação locais, conduzindo ao desenvolvimento económico. Além destes, em 2013, o programa CREATIVE EUROPE (em substituição dos programas anteriores MEDIA, MEDIA Mundus e Culture) foi

lançado para promover a criatividade no domínio das humanidades. Enquanto que alguns destes projetos tiveram sucesso, outros apenas corresponderam parcialmente às expectativas. Não foram suficientes as quase duas décadas de experiências para melhorar substancialmente as relações entre as cidades e as suas universidades. As cidades ainda têm de completar processos de mudança produtivos e de longa duração e as universidades têm sido lentas em tirar proveito do seu novo papel de introdução de transformações básicas inovadoras. Uma das razões apontadas para este fracasso parcial tem sido a ênfase excessiva nos aspetos económicos. Aspetos importantes como o apoio público à inovação e criatividade, a introdução de novas formas de parceria, o fornecimento de novos serviços ou a participação dos estudantes na vida da comunidade foram considerados mais como funcionais para o crescimento económico do que como oportunidades valiosas para formular novas estratégias de desenvolvimento. Além disso, a falta de recursos financeiros nunca foi vista como um incentivo para introduzir novas formas estruturais e duradouras de parceria e de gestão. A não ser que um novo esforço conjunto seja feito entre cidades e universidades, a ênfase que se dá atualmente às possíveis interações entre cidade e académicos vai continuar a produzir resultados de curta duração. Identificar formas como a formação universitária e o seu ambiente podem capacitar-se mutuamente é agora essencial, considerando o papel estratégico atribuído à cultura pelos Objetivos de Desenvolvimento das Nações Unidas e pela Declaração de Hangzhou (UNESCO 2013). Ao avaliar o impacto de experiências e conquistas ao longo das últimas décadas, é importante ter em conta que muitas preocupações e realizações estão ainda por explorar e discutir, sendo fundamental



prever problemas de funcionamento e potencialidades com vista à implementação de projetos exequíveis e sustentáveis. **As perguntas seguintes deveriam suscitar a um exame mais detalhado:**

- As relações entre cidade e universidade (e outras instituições de ensino superior e de pesquisa) são reguladas por acordos institucionais ou são baseadas em formas habituais de cooperação que podem mudar com o tempo?
- A universidade é considerada pela sua cidade-sede como um parte privilegiada em relação à elaboração de estratégias de desenvolvimento social e económico, ordenamento do território e de serviços sociais?
- Por sua vez, a universidade considera a sua cidade-sede como um parceiro privilegiado na concepção de seus projetos de desenvolvimento ou planeamento de habitação dos alunos, serviços sociais e atividades de treino?
- A localização das instalações de novas universidades é escolhida tendo também em conta as especificidades e procuras do contexto urbano?
- Com o tempo, as relações entre cidade e universidade foram na generalidade boas? Será que elas apenas se toleraram? Tiveram conflitos?
- Como é que a presença de vários milhares de estudantes foi interpretada pela cidade? É considerado como um inconveniente inevitável? É considerado como um recurso positivo? Se assim for, como é que é utilizado, apoiado, reforçado? Existe algum programa, possivelmente em cooperação com a cidade-sede, que apoie e promova a criatividade dos estudantes universitários?
- Será que a universidade tem programas que promovam e apoiem spin-offs e start-ups? A universidade tem estratégias de posicionamento para os seus alunos?
- A universidade e a sua cidade-sede oferecem programas conjuntos financiados por governos nacionais ou pela União Europeia?
- A cidade e a universidade colaboraram em casos de eventos de

destaque como uma nomeação para Capital Europeia da Cultura ou a inclusão na lista do Património Mundial da UNESCO? **Assim, considerando:** - Que a Unitown tem como objeto analisar estas e outras questões que envolvem as muitas facetas que enformam uma cidade e sua comunidade académica, cada qual chamada a contribuir na definição e praticando a identidade de uma comunidade urbana como um todo; - Que a experiência do Município de Guimarães e da Universidade do Minho será certamente apreciada e merece uma ampla divulgação internacional; - Que, pese embora tal experiência, o Município de Guimarães entende que o conhecimento de outras experiências e práticas é essencial ao desenvolvimento e aprofundamento da parceria com a Universidade do Minho; - Que a adesão à Rede Unitown não envolve quaisquer encargos, Proponho a adesão do Município de Guimarães à UNITOWN – Rede Universidade Cidade, associação sem fins lucrativos cujos estatutos remeto em anexo. Em caso de aprovação, deverá esta proposta ser submetida à Assembleia Municipal, nos termos do art.º 53.º, por remissão do n.º 3 do art.º 56.º e do art.º 59.º, todos da lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.” Os Estatutos da Unitown – Rede Universidade Cidade dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Os Vereadores André Coelho Lima, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Estamos perante um projeto que, se devidamente aproveitado, pode de facto frutificar naquele que é o caminho que sempre fomos defendendo para Guimarães, de intensificação das suas ligações à Universidade, de integração da Universidade na cidade, não apenas em termos urbanísticos (isto é, na malha urbana como se



pretende que suceda através do Campurbis, agora designado de Campus de Couros) como sobretudo em termos de vivências e de miscigenação completa entre universidade e cidade. Se devidamente aproveitado este potencial, se devidamente implementadas as boas práticas que poderão advir da integração na UNITOWN, ganhará certamente Guimarães, mas ganhará em idêntica medida a Universidade do Minho. Razões pelas quais votamos favoravelmente.” -----

TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE ALDÃO

– Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Trânsito e Espaço Público: “Pela presente se submete à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Aldão, conforme postura em anexo. A sua elaboração tem por objetivo melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária nos arruamentos em causa, tendo merecido a aprovação da Junta e da Assembleia de Freguesia. Atenta a ata deste órgão deliberativo, a sua implementação realizar-se por um período experimental de três meses, intervalo previsto que ficará sujeita às obrigações legais de aprovação definitiva ou revogação da presente postura.”

DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo. -----

ATIVIDADES ECONÓMICOS - MERCADO MUNICIPAL - HASTA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE TALHO, PEIXARIA, LOJA E BANCAS

– Presente a seguinte informação dos serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Na sequência da desistência do direito de ocupação de alguns espaços comerciais do Mercado Municipal encontram-se por concessionar um talho, uma peixaria, uma loja e cinco bancas e,

conforme discriminado no Regulamento da Hasta Pública em anexo. Temos conhecimento, porque solicitado junto dos nossos serviços, que continuam a existir pessoas interessadas na adjudicação destes espaços comerciais no Mercado Municipal, pelo que se propõe a abertura de um novo procedimento de adjudicação do direito de ocupação dos referidos espaços comerciais, através da realização de uma nova hasta pública, cujo programa será idêntico ao das anteriores e que se junta em anexo com as necessárias adaptações. Propõe-se, ainda, a constituição da Comissão que irá acompanhar a realização da Hasta Pública, da qual farão parte os seguintes elementos: Presidente da Comissão: Miguel de Sousa Pires de Almeida Frazão - Diretor do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente; 1.º Vogal – Dalila Sepúlveda Mesquita de Freitas – Chefe da Divisão de Serviços Urbanos. 2.º Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe da Divisão Jurídica (em regime de substituição). Vogal suplente – Maria Isabel Vieira Oliveira Lopes – Assistente técnica. Em caso de impedimento do Presidente da Comissão, este será substituído pelo primeiro vogal.” O Regulamento da Hasta Pública dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ---**

EDUCAÇÃO - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS E ESCOLA EB 2,3 DE FERMENTÕES – REINSTALAÇÃO DO PATRONO – Presente a seguinte proposta da Vereadora Adelina Paula Pinto: “A Portaria n.º 30/2014, de 5 de fevereiro, altera a denominação da Escola sede e Agrupamento Fernando Távora para Agrupamento de Fermentões e Escola Básica de Fermentões. Por tal, este agrupamento vem solicitar à Câmara Municipal de Guimarães a emissão de parecer relativo à recuperação da anterior designação do estabelecimento de ensino do 2.º e 3.º ciclos de Fermentões e



do Agrupamento de Escolas de Fermentões para Escola Básica Arquiteto Fernando Távora e Agrupamento de Escolas Arquiteto Fernando Távora, respetivamente. A fundamentação do pedido para a reinstalação deste Patrono prende-se com o facto de Fernando Luis Cardoso Meneses de Tavares e Távora constituir uma referência incontornável da arquitetura e urbanismo do século XX em Portugal, com presença expressiva em Guimarães. Os edifícios da PSP, da Assembleia de Guimarães e do Departamento de Arquitetura da Universidade do Minho, as reabilitações da Pousada de Santa Marinha da Costa, da Casa da Covilhã em Fermentões, da Quinta da Cavada em S. Salvador de Briteiros, são algumas das marcas que pelo seu engenho e arte legou a Guimarães. Entre prémios e galardões é de destacar o Prémio Europa Nostra pela intervenção de restauro e reabilitação na Casa da Rua Nova, o Grande Prémio Nacional de Arquitetura 1987 pela intervenção na Pousada de Santa Marinha da Costa e o Prémio Real Fundacion de Toledo, pela sua participação enquanto consultor do Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal de Guimarães. Entre outros foi agraciado com a Medalha de Ouro da Cidade de Guimarães e a Comenda da Ordem Militar de Santiago de Espada. Fernando Távora, Homem, Arquiteto, Urbanista, Professor, legou uma vasta e relevante obra nas áreas da arquitetura do urbanismo, em que sintetiza de forma notável a arquitetura tradicional portuguesa e o Movimento Moderno, constituindo uma referência absolutamente relevante para várias gerações de arquitetos. Por tudo isto e, seguramente, por tudo o mais que fica por dizer de um Homem, de um Professor, de um Arquiteto, da envergadura de Fernando Távora, reforce-se a proposta da EB2,3 e Agrupamento de Fermentões e aprove-se parecer favorável à atribuição do nome de Fernando Távora como

patrono desta Escola e deste Agrupamento do concelho de Guimarães, por constituir uma singela mas justa homenagem àquele que, pela sua intervenção, Guimarães tanto deve.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

Os Vereadores André Coelho Lima, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Esta deliberação subsume-se à emissão de um parecer por parte do Município à alteração da designação formal do Agrupamento de Escolas de Fermentões, para a designação que detinha, de Agrupamento de Escolas Arq. Fernando Távora. Desde logo, cumpre registar que consideramos absolutamente meritório que a Escola não seja indiferente ao seu patrono, e mais do que isso, que a Escola tenha gosto e se mobilize que readquiri a designação que tinha, e pelos vistos, tinha muito orgulho em ter. Esta simples circunstância da mobilização da Escola e da comunidade escolar em prol de uma alteração de designação com que não concordavam é, por si só, merecedora dos mais rasgados elogios. E depois temos a importância que Fernando Távora teve para a arquitetura e o urbanismo português do sec.XX, mas sobretudo, a importância que teve para Guimarães, não apenas como um filho da terra (residente em Fermentões) cujo percurso orgulha os seus conterrâneos, como ainda pela marca indelével e imorredoura que deixa na recuperação do nosso Centro Histórico, a quem devemos uma recuperação que nos devolveu um centro antigo, em termos de vivência e fruição quotidianas. Mas sobre o Arq. Fernando Távora, insigne urbanista a quem foi entregue a recuperação do nosso Centro Histórico pelo então Presidente de Câmara, António Xavier, aderimos na íntegra ao texto da deliberação que nos foi proposta, que subscrevemos sem reservas.” -----

CULTURA – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS

**VOLUNTÁRIOS DE GUIMARÃES – OFERTA DE BANDEIRA –**

Presente a seguinte proposta: “A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães solicita a cedência a título definitivo de uma bandeira do Município, uma vez que a que têm se encontra já degradada. Nesta conformidade, proponho a oferta de uma bandeira do Município à referida instituição. Informa-se entretanto que existe nos Serviços uma bandeira disponível para este efeito, cujo custo atual se estima em €88,00 + IVA.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA - IRMANDADE DE S. TORCATO - FEIRA FRANCA

DOS 27 – Presente a seguinte proposta: “Tendo em vista a realização da Feira Franca dos 27 ‘2014, promovida pela Irmandade de São Torcato, evento secular reconhecido como um dos maiores acontecimentos do género na região, submete-se a ratificação da Câmara Municipal de Guimarães, de acordo com o deliberado nos anos anteriores, a autorização para a sua realização e com isenção de taxas.” **DELIBERADO APROVAR**

POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA - SERENATAS À CIDADE - X CIDADE BERÇO –

Presente a seguinte proposta: “Tendo em vista a realização do X Cidade Berço – Festival de Tunas, a promover pela Afonsina – Tuna de Engenharia da Universidade do Minho no próximo dia 7 de março, proponho que a Câmara Municipal de Guimarães autorize a sua realização e aprove a isenção das correspondentes taxas municipais, em razão do interesse de que se reveste o contacto da população universitária com a população bem como do interesse cultural inerente à iniciativa.” **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

CULTURA - ASSOCIAÇÃO NORTE CULTURAL – ALTERAÇÃO DE REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO – Presente a seguinte

proposta: "Ao abrigo do disposto na alínea oo), do nº 1, do art.º 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho a designação do Dr. José Bastos, Vereador da Câmara Municipal com competências delegadas na área da Cultura, como representante do Município na Direção da Associação Norte Cultural." **DELIBERADO, POR MAIORIA E ESCRUTÍNIO**

SECRETO, APROVAR, com sete votos a favor e três em branco. -

CULTURA - SOCIEDADE MARTINS SARMENTO – SUBSÍDIO

DELIBERADO EM 1999 – Presente a seguinte proposta: "Com o intuito de apoiar as relevantes atividades promovidas pela Sociedade Martins Sarmiento, deliberou a Câmara Municipal, em 29 de julho de 1999, atribuir àquela instituição cultural um subsídio anual de 10.000.000\$00. Assim, atendendo a que se mantêm válidos os pressupostos que fundamentaram a referida deliberação de 1999, proponho, ao abrigo do nº 6 do Art. 2º do Regulamento nº 606/2010 a atribuição, à Sociedade Martins Sarmiento, de um subsídio de €50.000,00 (cinquenta mil euros)."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador José Torcato Ribeiro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido uma vez que pertence aos órgãos sociais da Instituição. -----

RELATÓRIO E CONTAS - MANUAL DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS – MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – Presente, para

aprovação, o Manual de Consolidação de Contas do Município de Guimarães respeitante ao exercício de 2014, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E OITO MINUTOS O PRESIDENTE DA



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ATA Nº 5 Fls. _____
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 6 DE MARÇO DE 2014

**CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA
CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----**